

PROJETO INTERDISCIPLINAR
CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS AMÉRICAS - FAM
CURSO DE DIREITO
EDITAL PI 08/2025-1

A Coordenação, a professora responsável pelo Projeto Interdisciplinar e os Professores do Curso de Direito, aproveitando a ocasião para o debate em meio a uma sociedade complexa, plural, aberta e multifacetada, com uma impressionante propagação de argumentos jurídicos e de novas teses, sendo necessário ao profissional do Direito analisar a inevitável constatação de choques entre direitos, quer entre direitos individuais, quer entre direitos difusos, ou mesmo entre direitos individuais de um lado e direitos difusos de outro e buscando o auxílio ao aluno na busca de excelência profissional e no contínuo desenvolvimento de habilidades, torna pública a abertura de inscrições e estabelece normas relativas à participação ao **8º Congresso de Projetos Interdisciplinares do Curso de Direito**, que será realizado de forma presencialmente nos **dias 26 a 28 de maio de 2025**, nos Campus Augusta e Moinho/Mooça, tudo conforme os termos deste edital.

1. JUSTIFICATIVA

A proposta do Projeto Interdisciplinar para o Curso de Direito, atendendo as diretrizes do PPC do Curso de Direito, este semestre terá como tema geral a proposta inserida em Direito e ESG - Environmental, Social and Governance, ou seja, Ambiental, Social e Governança, e especificadamente com: ***“Direito e Sustentabilidade: Desafios Jurídicos para um Futuro Sustentável”***.

2. OBJETIVOS

A relação entre Direito e Sustentabilidade é essencial para compreender os desafios jurídicos contemporâneos e propor soluções que conciliem desenvolvimento econômico, proteção ambiental e justiça social. O Direito, como sistema normativo, desempenha um papel central na regulamentação das condutas humanas e na governança ambiental. Ele estabelece regras e diretrizes que buscam não apenas garantir a convivência pacífica na sociedade, mas também assegurar a preservação dos recursos naturais, fundamentais para as futuras gerações.

Por outro lado, a Sustentabilidade transcende as normas jurídicas ao promover uma reflexão ética sobre a utilização responsável dos recursos naturais. Esse conceito questiona não apenas como as leis são aplicadas, mas também se estas são suficientes para atender às necessidades atuais sem comprometer as possibilidades das gerações futuras. Além disso, a Sustentabilidade incentiva a formulação de políticas públicas inclusivas, que respeitem tanto os limites ambientais quanto as demandas sociais.

A conexão entre Direito e Sustentabilidade, portanto, demanda uma abordagem interdisciplinar. Essa integração permite que as práticas jurídicas sejam analisadas sob uma perspectiva mais ampla, considerando não apenas a letra da lei, mas também os valores éticos que orientam a proteção ambiental e a promoção da equidade social. Ao abordar a Justiça sob esse prisma, os operadores do Direito passam a atuar com maior consciência sobre a complexidade das relações entre sociedade e meio ambiente.

Adotar a Sustentabilidade como parte integrante do estudo e da prática jurídica é um passo fundamental. Isso contribui para o desenvolvimento de uma visão mais crítica e sensível aos impactos das decisões jurídicas na sociedade e no meio ambiente. Assim, o Direito deixa de ser apenas um instrumento de regulação e passa a ser um catalisador de mudanças, promovendo inovações que assegurem o bem-estar coletivo e a preservação dos ecossistemas.

Por fim, essa integração exige dos operadores do Direito não apenas conhecimento técnico, mas também responsabilidade social e compromisso com a justiça intergeracional. A incorporação da Sustentabilidade no campo jurídico fortalece a capacidade de criar soluções duradouras para os desafios globais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e ambientalmente responsável.

Objetivo Geral:

Promover a integração entre Direito e Sustentabilidade, destacando a relevância de práticas jurídicas para a implementação de soluções sustentáveis que atendam aos desafios globais e locais. Busca-se desenvolver nos alunos a capacidade de questionar, analisar e integrar os valores jurídicos/éticos em suas futuras atuações profissionais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

Objetivos Específicos:

1. Analisar os fundamentos da Sustentabilidade e sua relação com o Direito.
2. Discutir os principais desafios jurídicos relacionados à governança ambiental e às mudanças climáticas.
3. Examinar como os valores éticos podem orientar a interpretação e aplicação das normas ambientais e sociais.
4. Promover reflexões sobre a responsabilidade social e ambiental dos operadores do Direito.
5. Integrar a perspectiva da Sustentabilidade nos diferentes ramos do Direito, como Ambiental, Constitucional, Internacional, Trabalhista, Penal e Cível.
6. Desenvolver habilidades críticas e argumentativas nos alunos, com foco na análise de casos concretos relacionados à justiça climática e sustentabilidade.
7. Discussão e a análise de casos concretos.

A Resolução n.º 5 do Ministério da Educação, de 17/12/2018, estabelece que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Direito deve ter como elementos estruturais, dentre outros, a realização de inter e transdisciplinaridade, o incentivo à inovação, a integração entre teoria e prática, a especificação das metodologias ativas utilizadas.

A transdisciplinaridade que une Direito e Sustentabilidade fomenta o desenvolvimento de habilidades críticas e analíticas em estudantes e profissionais do Direito. Ao serem desafiados a pensar além das normas jurídicas, os discentes serão encorajados a considerar as consequências ambientais, sociais e econômicas de suas ações e decisões, a questionar modelos de desenvolvimento insustentáveis e a buscar soluções que harmonizem os interesses legais com os desafios globais de preservação ambiental e justiça intergeracional. Nesse contexto, a proposta para o semestre 2025.1 será o tema: **“Direito e Sustentabilidade: Desafios Jurídicos para um Futuro Sustentável”**.

3. PÚBLICO ALVO:

O público-alvo é formado por graduandos matriculados **1º ao 9º nos Semestres do Curso de Direito** das disciplinas presenciais nos Campus Augusta e Moinho/Mooca.

Os graduandos matriculados no **10º Semestre estão dispensados** da realização do Projeto Interdisciplinar devendo seguir as orientações do Curso de Direito no que se refere ao Edital e Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

4. DATA E MODO DE REALIZAÇÃO

O trabalho em grupo permite que os alunos compartilhem conhecimentos e experiências uns com os outros, promovendo um ambiente de aprendizado contínuo, onde cada membro pode aprender com os outros e adquirir novas habilidades.

Os alunos deverão, obrigatoriamente, desenvolver o trabalho **em grupo composto por no mínimo 04 (quatro) e no máximo 05 (cinco) alunos**. Em turmas pequenas, que tenham apenas 10 alunos matriculados (ou menos), a relação de número de alunos por grupo poderá ser no mínimo 3 (três), considerando sua proporcionalidade.

Mudanças nas formações dos grupos só podem acontecer até a data limite estabelecida no cronograma semestral do PI, qual seja dia **17 de março de 2025; a partir dessa data, o aluno não poderá trocar de grupo**.

A entrega dos trabalhos escritos, **na modalidade artigo e proposta de banner**, deverá ser realizada obrigatoriamente por todos os integrantes do grupo de forma individual, até às 23h59 do dia 17 de abril de 2025, em modo virtual pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem – plataforma CANVAS. É necessário que todos os alunos estejam atentos ao acesso à plataforma, através da aba correspondente, até a data e horário finais de upload do arquivo.

O não envio pelo aluno de maneira individual do artigo e proposta de banner importará no reconhecimento tácito de não participação no desenvolvimento da atividade junto ao grupo, determinando de plano a atribuição de conceito 0,0 (zero) pela não colaboração.

A apresentação na modalidade oral: **26 a 28 de maio de 2025**, com entrega do banner impresso e submissão a avaliação pelos professores das disciplinas presenciais do Curso de Direito. O Congresso poderá ocorrer em qualquer um dos Campi do Centro Universitário das Américas, conforme organização interna, independente daquele que o estudante esteja vinculado.

5. DA ESTRUTURA E DOS REQUISITOS DOS ARTIGOS E DO BANNER

A perspectiva que se espera encontrar nos trabalhos é de um tratamento ou interpretação normativa a partir da visão do Direito, o quanto possível comparativa e crítica.

O desafio para os alunos é encontrar pontos de cruzamento sobre os temas propostos, elaborando conceitos, construindo perspectivas e reflexões sobre a temática proposta.

Para tanto, espera-se que o trabalho na modalidade de artigo seja reflexivo, não descritivo ou monográfico, e que traga alguma contribuição, aponte algum desafio para a implementação de proposta de âmbito interno, local, nacional e internacional.

Para a bibliografia seletiva, se espera que a/o/as/os aluna/o/as/os ultrapasse(m) a obviedade de manuais ou cursos que, quando citados, devem refletir qualidade reflexiva do/a autor/a da obra.

Atenção especial para evitar citações de revistas ou jornais, ou outros textos, que não tenham caráter científico, sem que haja efetivo trabalho crítico.

O Grupo de alunos e seus membros de forma individual, ao submeterem seu artigo e banner, cedem automaticamente os direitos autorais em caráter irrevogável e gratuito ao Centro Universitário das Américas, entidade promotora do projeto interdisciplinar que poderá publicar o artigo com menção aos respectivos autores e ao evento, seja no formato digital ou impresso, nas suas revistas ou em outras publicações a seu critério.

Ao submeter os trabalhos, os autores autorizam sua publicação nos produtos derivados do evento, bem como na Revista Interação, recebendo os correspondentes créditos de autoria, mas sem qualquer contrapartida financeira paga pelo Congresso ou pelos organizadores.

O aluno, individualmente, concorda em ceder gratuitamente e autorizar o uso de sua imagem, voz e sua aparência em fotografias, gravações de áudio e vídeo, produzidas ou capturadas pelas pessoas autorizadas Centro Universitário das Américas podendo ser utilizadas em materiais impressos, digitais, eletrônicos, online e em mídias sociais, incluindo, mas não se limitando a estas, que poderão ser utilizadas para divulgação e marketing da instituição.

5.1. Parte escrita (ARTIGO):

O trabalho realizado pelos alunos deverá ser apresentado na modalidade artigo e deverá ser assim estruturado:

Requisitos mínimos de conteúdo:

O artigo deve possuir os seguintes requisitos, que serão avaliados a critério dos revisores:

- Capa – primeira página, onde deverá indicar o nome completo, RA, e-mail, disciplinas que o aluno está cursando presencialmente, 1 parágrafo contando como foi a contribuição das disciplinas do semestre para o desenvolvimento do PI e 1 parágrafo com sugestão de temas para o próximo PI.
- A partir da segunda página – **é a partir desta página que será contado o número mínimo de páginas para compor o trabalho** –: Título do artigo (todo em maiúsculas e em negrito);
- Nome do autor, alinhado à direita e a indicação do semestre, Registro Acadêmico (RA) bem como e-mail válido em nota de rodapé na modalidade de referência;
- O Artigo deverá conter breve introdução, desenvolvimento, conclusão e referências. Os subtítulos, diferentemente do restante do texto, deverão constar em letra maiúscula, com alinhamento à esquerda, devendo a numeração começar na introdução e terminar na conclusão;
- O artigo deverá ser produzido em língua portuguesa, possuir clareza, ordem lógica, coerência, ortografia e gramática adequados, conteúdo relacionado e com aderência ao tema do projeto interdisciplinar (*Direito e Sustentabilidade: Desafios Jurídicos para um Futuro Sustentável*), com extensão **total de no mínimo 10 (dez) e no máximo 15 (quinze) páginas**;

Requisitos mínimos de formatação:

O artigo deve ser pesquisável e possuir os seguintes requisitos de formatação:

- - Letra com fonte **Times New Roman, tamanho 12**
- - Espaçamento entre linhas - 1,5
- - **Margem esquerda de 3cm; margem direita de 2cm; margem superior de 3cm; margem inferior de 2cm.**
- - Deve conter: Resumo, Palavras-chave. Introdução, Desenvolvimento (com subtítulos), Conclusão e Referências.
- - Resumo não deve exceder 300 palavras cada. Palavras-chave devem respeitar o limite máximo de 5 termos. O artigo deverá ter extensão mínima de 10 e máxima de 15 páginas, incluindo todos os elementos pré e pós-textuais
- - Citações com mais de 4 linhas devem ser formatadas com recuo de 4cm, espaçamento simples e letra 11

- - Introdução e Referências não possuem numeração
- - As Referências devem ser formatadas em Times New Roman, tamanho 12, com espaçamento simples
- - As referências obtidas em website devem ser citadas com a URL e a data de acesso ao website.
- - **Nas referências bibliográficas, para o curso de Direito, será exigido a indicação de, no mínimo, 03 (três) livros.** O não cumprimento deste critério terá impacto na nota final.

Abaixo, alguns exemplos mais comuns de referências a ser utilizada na produção do Trabalho do Projeto Interdisciplinar:

- **ARTIGO:** Sobrenome do autor em caixa alta, nome do autor, título do artigo, título da revista em negrito, cidade, editora volume, número, mês, ano. Exemplo: PHILIPPI, S. T.; CRUZI, A. T. R.; COLLUCCI, A. C. A. Pirâmide alimentar para crianças de 2 a 3 anos. Revista de Nutrição, Campinas, v.16, n. 1, jan./mar. 2003
- **LIVRO:** sobrenome do autor em caixa alta, nome do autor, título em negrito, edição, cidade, editora e ano de publicação. Exemplo: PELCZAR JUNIOR, J. M. Microbiologia: conceitos e aplicações. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.
- **SITE:** Sobrenome do autor em caixa alta, nome do autor, título do texto em negrito, ano, link e data de acesso. Exemplo: MORETTI, Isabella. “Regras da ABNT para TCC: conheça as principais normas”. 2014. Disponível em:< <http://viacarreira.com/regras-da-abntpara-tcc-conheca-principais-normas> >. Acesso em: 05 ago. 2024.
- **LEGISLAÇÃO:** Os elementos essenciais são: jurisdição (ou cabeçalho da entidade, no caso de se tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação. Exemplo: BRASIL. Lei n. 9.434, de 4 de fevereiro de 1997. Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19434.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20remo%C3%A7%C3%A3o%20de,tratamento%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Art.,permitida%20na%20forma%20desta%20Lei.> Acesso em 05 ago.2024.
- **JURISPRUDÊNCIA:** Os elementos essenciais são: jurisdição e órgão judiciário competente, título (natureza da decisão ou ementa) e número, partes envolvidas (se houver), relator, local, data e dados da publicação. Exemplo: BRASIL. Tribunal Regional Federal (3ª Região). Apelação Criminal n.º 0004219- 16.2003.4.03.6181. Apelante: Hae Dong Ho. Apelada: Justiça Pública. Relatora: Desembargadora Federal Cecília Mello. São Paulo, 18 de setembro de 2008. Disponível em: < <https://web.trf3.jus.br/base-textual/Home/ListaColecao/9?np=1> >. Acesso em: 20 fev. 2017.

A entrega dos trabalhos escritos, na modalidade artigo e proposta de banner, será realizada individualmente por cada membro do grupo, até às **23h59 do dia 17 de abril de 2025**, em modo virtual pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem – plataforma CANVAS.

É necessário que todos os alunos estejam atentos ao acesso à plataforma, através da aba correspondente, até a data final de upload do arquivo.

O não envio pelo aluno de maneira individualizada importará no reconhecimento tácito de não participação no desenvolvimento da atividade junto ao grupo, determinando de plano a atribuição de conceito 0,0 (zero) pela não colaboração.

O desrespeito a esta estrutura e a estes requisitos acarretará a imediata desclassificação do trabalho submetido, atribuindo-se nota 0 (zero).

ATENÇÃO: Em caso de plágio, compra de trabalho, cópia total, cópia parcial sem os devidos créditos, utilização de sites de Inteligência Artificial (IA) e fraudes semelhantes, confirmada e comprovada a ocorrência do fato, **será atribuída a nota 0 (zero) ao trabalho**, e a informação será encaminhada à Coordenação do Curso de Direito para as eventuais medidas cabíveis.

A nota é do grupo, portanto **todos** os alunos integrantes serão responsáveis pelo trabalho apresentado, seja na modalidade escrita, banner ou apresentação, não cabendo alegações de responsabilidades individuais.

5.2. Parte escrita (BANNER):

A estrutura do banner deverá incluir vários tópicos, não-obrigatórios e variáveis segundo o tema e o conteúdo.

O modelo editável será compartilhado em arquivo a parte.

- Título, geralmente com tamanho de fonte maior que o do texto. Abaixo, identificar a instituição e local de desenvolvimento do trabalho.
- Autor(es), incluindo orientador e pessoas que participam do trabalho. A titulação acadêmica e profissional dos autores pode ser marcada por asteriscos, colocando-se os títulos logo após a relação dos nomes.
- Introdução, breve.
- Objetivos, não sendo necessário colocá-los todos, o objetivo geral e os específicos.
- Métodos, descrição dos métodos do trabalho, etapas de pesquisa etc.
- Resultados/Conclusões ou Considerações finais, ao lado dos objetivos. É a parte mais significativa do pôster.
- Informações adicionais (se necessário).
- Referências bibliográficas, apenas dos autores citados no texto, máximo de 5.
- **Poderá** constar no pôster uma tabela ou uma figura.

A entrega dos trabalhos escritos, na modalidade artigo e proposta de banner, será realizada individualmente por cada membro do grupo, até às **23h59 do dia 17 de abril de 2025**, em modo virtual pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem – plataforma CANVAS. É necessário que todos os alunos estejam atentos ao acesso à plataforma, através da aba correspondente, até a data final de upload do arquivo.

A não entrega do trabalho individualmente pelo aluno, via plataforma, dentro do prazo estabelecido, será subentendido como não participação do aluno na elaboração do trabalho e atribuição de nota 0(zero) a este.

O banner deverá ser impresso, papel **OU** em lona, no tamanho **0,90x1,20**.

O desrespeito a esta estrutura e a estes requisitos acarretará a imediata desclassificação do trabalho submetido, atribuindo-se nota 0 (zero).

ATENÇÃO: Em caso de plágio, compra de trabalho, cópia total, cópia parcial sem os devidos créditos, utilização de sites de Inteligência Artificial (IA) e fraudes semelhantes, confirmada e comprovada a ocorrência do fato, **será atribuída a nota 0 (zero) ao trabalho**, e a informação será encaminhada à Coordenação do Curso de Direito para as eventuais medidas cabíveis.

A nota é do grupo, portanto todos os alunos integrantes serão responsáveis pelo trabalho apresentado, seja na modalidade escrita, banner ou apresentação, não cabendo alegações de responsabilidades individuais.

5.3. Apresentação na modalidade oral:

Aos alunos, devem ser destacadas algumas regras básicas:

- Todo o grupo deve estar presente desde o início das apresentações do dia;
- O horário de início das apresentações correspondem ao horário de início das aulas de acordo com o turno que o grupo estiver matriculado (matutino dar-se-á às 8h e noturno às 19h).
- A ordem de apresentação obedecerá a uma organização pelo curso, oportunamente divulgada aos alunos com a devida antecedência;
- Todos os componentes do grupo devem estar presentes no início e durante a apresentação;
- O aluno ausente sem justificativa comprovada perderá a nota atribuída ao seu grupo;
- Cada grupo terá tempo definido para apresentar o trabalho;
- Os alunos deverão entregar o banner impresso para ser possível a apresentação;
- Os trabalhos serão avaliados durante o evento pelos professores das disciplinas presenciais do curso de graduação em Direito.
- Destaca-se que, amparado analogicamente na jurisprudência do STF, não compete a coordenação substituir os professores examinadores para reexaminar o conteúdo dos critérios de correção utilizados, o que se exige é que se dê tratamento igual a todos os alunos.

A apresentação na modalidade oral: 26 a 28 de maio de 2025, com entrega do banner impresso, onde todos os componentes do grupo deverão estar presentes no início da apresentação e o(s) aluno(s) ausente(s) sem justificativa comprovada perderá a nota atribuída ao seu grupo, conforme diretrizes a serem apresentadas neste edital. O Congresso poderá ocorrer em qualquer um dos Campi do Centro Universitário das Américas, conforme organização interna, independente daquele que o estudante esteja vinculado.

6. DAS AUTORIAS

Os alunos deverão, obrigatoriamente, desenvolver o trabalho em grupo **composto obrigatoriamente por no mínimo 04 (quatro) e no máximo 05 (cinco) alunos**. Em turmas pequenas, que tenham apenas 10 alunos matriculados (ou menos), a relação de número de alunos por grupo poderá ser no mínimo **3 (três)**, considerando sua proporcionalidade.

Não serão admitidos grupos com número excedente ao estabelecido neste edital, sendo atribuído conceito 0(zero) ao grupo. Exceções serão autorizadas pela coordenação, mediante justificativa por escrito e a consequente autorização deverá ser anexada quando da entrega do trabalho escrito.

Mudanças nas formações dos grupos só podem acontecer até a data limite estabelecida no cronograma semestral do Projeto Interdisciplinar, qual seja dia **17 de março de 2025**. **A partir dessa data, o(s) aluno(s) não poderá(ão) trocar de grupo.**

Somente serão aceitos os trabalhos desde que os alunos estejam cursando disciplinas na mesma sala presencial. Não serão abertas exceções.

Serão aceitos artigos de graduandos matriculados 1º ao 9º nos Semestres das disciplinas presenciais nos Campi Augusta e Moinho/Mooca.

Os graduandos matriculados no **10º Semestre estão dispensados** da realização do Projeto Interdisciplinar devendo seguir as orientações do Curso de Direito no que se refere ao Edital e Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, sob responsabilidade do Professor Ms. Murilo Naves Amaral.

Os alunos que efetuarem a submissão do artigo são os responsáveis exclusivos por incluírem os nomes dos professores que cursam disciplinas individualmente na modalidade presencial. **A nota do Projeto Interdisciplinar não se aplica as disciplinas na modalidade EAD.**

Caso o aluno esteja realizando disciplinas na modalidade de Dependência ou Adaptação, **desde que esteja cursando presencialmente as disciplinas**, deverá realizar a informação das mesmas no momento da submissão do artigo.

Os alunos deverão realizar os trabalhos segundo as diretrizes estabelecidas pelo Regulamento Geral, bem como observados os temas distribuídos em conformidade com as disciplinas que estarão trabalhando presencialmente em sala de aula, em conformidade com o Anexo II do presente edital.

Após a submissão do artigo, não serão aceitas inclusões de outros textos em substituição. A não submissão pelo aluno do trabalho em modo virtual pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem – plataforma CANVAS será compreendido como não participação no desenvolvimento do mesmo, sendo-lhe atribuído nota **0,0 (zero)**.

Conforme deliberação do Regulamento Geral bem como no presente Edital, o trabalho **será obrigatoriamente desenvolvido em grupo**, sendo que todos os alunos integrantes serão responsáveis pelo trabalho apresentado.

Mudanças nas formações dos grupos só podem acontecer até a data limite estabelecida no cronograma semestral do PI; a partir dessa data, o aluno não poderá trocar de grupo, nem mesmo apresentar o trabalho na modalidade oral mesmo com anuência do novo grupo.

7. DA SUBMISSÃO

Data de informação da formação dos grupos até o dia **17 de março de 2025, precisamente até às 23 horas e 59 minutos**, via Ambiente Virtual de Aprendizagem - plataforma CANVAS, na área de tarefas Disciplina Projeto Interdisciplinar, sendo de responsabilidade dos alunos a verificação de acesso à aba correspondente.

O não envio pelo aluno de maneira individualizada, bem como não constar seu nome no trabalho, importará no reconhecimento tácito de não participação no desenvolvimento da atividade junto ao grupo, determinando de plano a atribuição de conceito 0,0 (zero) pela não colaboração.

Não haverá prorrogação de prazo e o seu descumprimento acarretará a não atribuição de nota ao trabalho. Reitera-se, NÃO serão aceitos trabalhos individuais.

Os artigos e a proposta de banner serão recebidos **até 17 de abril de 2025, precisamente até às 23 horas e 59 minutos**, via pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem – plataforma CANVAS na área de tarefas da Disciplina Projeto Interdisciplinar, sendo de responsabilidade dos alunos a verificação de acesso à aba correspondente. O não envio pelo aluno de maneira individualizada, bem como não constar seu nome no trabalho, importará no reconhecimento tácito de não participação no desenvolvimento da atividade junto ao grupo, determinando de plano a atribuição de conceito 0,0 (zero) ao discente pela não colaboração.

Após a submissão do artigo, não será admitida a substituição, correção, alteração do conteúdo ou de qualquer natureza.

Cada grupo é responsável por observar os temas de acordo com o campus e semestres na forma do Anexo II, com a finalidade de vincular corretamente o seu artigo à linha de pesquisa equivalente e as disciplinas cursadas.

Caso o aluno seja enturmado após o prazo de entrega do trabalho escrito, não haverá a possibilidade de compor eventual grupo e seu caso excepcional deverá ser informado para a Coordenação do Curso de Direito, que o analisará e decidirá, caso a caso.

A apresentação na modalidade oral: 26 a 28 de maio de 2025, com entrega do banner impresso, onde todos os componentes do grupo deverão estar presentes no início da apresentação e o(s) aluno(s) ausente(s) sem justificativa comprovada perderá a nota atribuída ao seu grupo, conforme diretrizes a serem apresentadas neste edital.

8. DA AVALIAÇÃO

A avaliação do PI será feita pelos professores do semestre e por critérios atendidos **de 0 (zero) até 2 (dois) pontos** na média final das disciplinas do semestre, a ser lançada juntamente **com a nota A2 apenas das disciplinas presenciais.**

Os avaliadores analisarão os trabalhos com base nos itens descritos, conforme Regulamento Geral.

9. DA VALIDAÇÃO DE HORAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Os estudantes ingressantes **a partir** de 2023.1 poderão validar 20 (vinte) horas de Extensão Universitária por meio da participação no 8º Congresso de Projetos Interdisciplinares do Curso de Direito, a ser realizado de **26 a 28 de maio de 2025**, nos Campi Augusta e Moinho/Mooca.

Para a devida validação das horas, o aluno deverá:

1. Registrar a apresentação: Tirar uma foto **individual** ao lado do material de apresentação durante o Congresso.
2. Preencher o relatório padrão: Que será disponibilizado na área de Tarefas do Projeto Interdisciplinar (PI) em modo virtual pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem – plataforma CANVAS.
3. **O preenchimento do relatório é de caráter individual.**
4. Submeter o relatório: O arquivo deverá **ser salvo em formato PDF** e enviado na tarefa correspondente dentro do prazo estipulado no Ambiente Virtual de Aprendizagem – plataforma CANVAS.

Os alunos deverão estar atentos ao prazo, sendo imprescindível o acompanhamento das abas da plataforma Canvas, pois não haverá prorrogação do prazo.

10. DAS PENALIDADES

O não comparecimento individual ou do grupo para a apresentação, implicará na não atribuição de nota, mesmo que tenham cumprido as demais etapas do projeto.

A falta injustificada, individual, de qualquer elemento do grupo à apresentação, levará a não atribuição de nota ao aluno faltoso, sem possibilidade de revisão.

Caberá a professora focal do Projeto Interdisciplinar, em conjunto com a Coordenação do curso e ao Núcleo de Desenvolvimento Estruturante - NDE, avaliar a justificativa do aluno, acatar ou não, que por ventura precisar se ausentar da apresentação oral, formalizando a decisão junto ao aluno, salvo em caso de doença comprovada por atestado médico.

A apresentação de justificativa, desde que aceita, ensejará a atribuição da mesma nota do grupo, sem qualquer privilégio ou punição deste.

No caso dos alunos que por ventura estiverem realizando disciplinas na forma de DP, deverá(ão) o(s) professor(es) da(s) disciplina(s) na(s) qual(is) estiver(em) matriculado(s) esses alunos estabelecer outra forma de avaliação para composição da nota A2, a ser definida em conjunto com a Coordenação do Curso

Na disciplina do Projeto Interdisciplinar não existe a possibilidade de recuperação em prova alternativa, devendo serem respeitados os prazos, forma de entrega e apresentação dos trabalhos definidos neste Edital.

11. DO PLÁGIO

Segundo a legislação brasileira O PLÁGIO É CRIME de violação dos direitos autorais, previsto no artigo 184 do Código Penal, passível de punição, que pode ser desde multa até a reclusão de quatro anos, observando-se o contexto, a abrangência e como o direito autoral foi violado.

No âmbito do curso, as sanções administrativas podem incorrer até a penalidade de Reprovação no componente curricular. Para não ser configurado plágio nos trabalhos acadêmicos, é necessário incluir citação no corpo do texto, e referências, seguindo as normas ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

ATENÇÃO: Em caso de plágio, compra de trabalho, cópia total, cópia parcial sem os devidos créditos, utilização de sites de Inteligência Artificial (IA) e fraudes semelhantes, confirmada e comprovada a ocorrência do fato, **será atribuída a nota 0 (zero) ao trabalho**, e a informação será encaminhada à Coordenação do Curso de Direito, para as eventuais medidas cabíveis.

A nota é do grupo, portanto todos os alunos integrantes serão responsáveis pelo trabalho apresentado, não cabendo alegações de responsabilidades individuais. **A apresentação na modalidade oral, com entrega do banner impresso, onde todos os componentes do grupo deverão estar presentes no início da apresentação e o(s) aluno(s) ausente(s) sem justificativa comprovada perderá a nota atribuída ao seu grupo, conforme diretrizes a serem apresentadas neste edital**

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

Eventuais dúvidas deverão ser comunicadas aos representantes de sala que encaminharão ao professor responsável pelo Projeto Interdisciplinar, em sendo recorrentes, será agendado uma reunião via plataforma para solucioná-las.

Há a possibilidade de os alunos entrarem em contato diretamente com o professor responsável pelo Projeto Interdisciplinar via mensagem pela pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem – plataforma CANVAS.

Não haverá correção anterior dos trabalhos para efeito de entrega, apenas orientação, sendo possível a busca de auxílio com os professores das disciplinas cursadas presencialmente, pois o desenvolvimento da atividade é de responsabilidade única e exclusiva dos alunos.

O Centro Universitário das Américas não se responsabiliza por eventuais falhas de tecnologia decorrentes de conexões com a internet ou congestionamento de dados ocasionados por número excessivo de acessos simultâneos nos últimos dias válidos para a submissão dos artigos e propostas de banner.

A Professora Responsável do Projeto Interdisciplinar reserva-se o direito de dirimir discricionariamente as questões relativas a eventuais divergências de interpretação ou de aplicação, erros, redundâncias ou omissões deste Edital.

A Coordenação do Curso de Direito é a instância máxima que decidirá sobre questões incidentes ou eventuais demandas e questionamentos sobre o processo de avaliação dos artigos, para zelar pela qualidade e seriedade do Projeto Interdisciplinar.

Casos excepcionais serão definidos pela coordenação.

São Paulo, 29 de janeiro de 2025.

Prof.^a Dr.^a Lays Helena Paes e Silva Dolivet
Coordenação do Eixo Direito e Educação

Prof.^a Dr.^a Ana Carla Vastag Ribeiro de Oliveira
Professora Responsável pelo Projeto Interdisciplinar - Direito

Anexo I

CRONOGRAMA – Projeto Interdisciplinar
Curso de Direito
12/02/2025 a 24/02/2025: divulgação do edital
24/02/2025 a 17/03/2025: informação dos grupos pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem – plataforma CANVAS formação dos grupos pelos alunos
24/02/2024 a 17/04/25: período de elaboração e entrega dos trabalhos (artigo e proposta de banner) pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem – plataforma CANVAS
17/04/24 às 23h59: data e horário finais de entrega dos trabalhos (artigo e proposta de banner) pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem – plataforma CANVAS
26/05/2025 a 28/05/2025: Realização do Congresso Interdisciplinar, entrega do banner impresso e avaliação oral dos trabalhos
27/05/2025 a 14/06/2026: Validação pelo aluno da TAREFA 8º CONGRESSO DE PI pelo Canvas (Para os estudantes ingressantes a partir de 2023.1)
05/06/2025: Será divulgada uma listagem Geral contendo as fichas de avaliação dos grupos serão disponibilizadas no Canvas, setor de avisos
05/06/2014 a 11/06/2024: Vista de provas A2, onde o aluno poderá conferir a nota da prova juntamente a nota do PI com os professores presenciais.
11/06/2024: data limite para lançamento pelos professores das disciplinas presenciais da nota do PI na A2 no portal do aluno

Anexo II

PROJETO INTERDISCIPLINAR POR TURMAS

Período Letivo: 2025_1

Curso: Direito

Turma(s): 1º e 2º Semestres

T1 | Tema: Direitos Humanos e Sustentabilidade: Uma Análise Filosófica e Jurídica para a Construção de um Futuro Justo e Sustentável.

Disciplinas do semestre que contribuem para o PI:

- **Introdução ao Estudo do Direito**
- **Direitos Humanos**
- **Filosofia Geral e Jurídica**

Time de professores:

Profa Dra Ana Carla Vastag Ribeiro de Oliveira

Prof Ms. Murilo Naves do Amaral

Prof. Ms. Omar Chamon

Profa Esp. Grace Kelly Freitas Mendonça

A abordagem com intersecção entre os direitos fundamentais, a preservação ambiental e as responsabilidades jurídicas e éticas que envolvem a sustentabilidade serão trabalhados pelos alunos. A partir da Introdução ao Estudo do Direito, é possível contextualizar os fundamentos legais e constitucionais que garantem os direitos humanos em um mundo cada vez mais afetado pela degradação ambiental. A disciplina de Direitos Humanos pode explorar como esses direitos, como o direito à vida, à saúde e ao ambiente saudável, estão diretamente ligados à sustentabilidade. A Filosofia Geral e Jurídica contribuirá com uma análise crítica sobre os conceitos de justiça, equidade e as implicações morais das decisões jurídicas em prol de um futuro sustentável, promovendo a reflexão sobre as bases filosóficas que sustentam o direito à um meio ambiente equilibrado e saudável para as gerações futuras.

Tópicos de Discussão Propostos:

- A Evolução dos Direitos Humanos e sua Relação com a Sustentabilidade Ambiental:** Análise da ampliação dos direitos humanos para incluir o direito a um ambiente saudável, considerando sua evolução histórica e sua conexão com a agenda de sustentabilidade.
- O Princípio da Justiça Intergeracional e seus Desafios Jurídicos:** Discussão sobre o direito das futuras gerações a um planeta saudável e as responsabilidades jurídicas atuais na proteção ambiental, à luz do princípio da justiça intergeracional.
- Responsabilidade Corporativa e Direitos Humanos: O Papel das Empresas na Sustentabilidade:** Reflexão sobre as obrigações das empresas na proteção dos direitos humanos e na adoção de práticas sustentáveis, alinhando ética empresarial e responsabilidade ambiental.
- A Filosofia do Direito e a Sustentabilidade: A Construção de uma Teoria Jurídica Verde:** Debate sobre como as correntes filosóficas jurídicas podem contribuir para a criação de uma teoria jurídica sustentável, que integre os direitos humanos e a preservação ambiental de maneira ética e justa.
- O Papel do Estado na Proteção dos Direitos Humanos e da Sustentabilidade Ambiental:** Análise do papel dos governos na promoção e proteção dos direitos humanos, com foco na criação de políticas públicas sustentáveis que atendam às necessidades atuais e futuras da população.
- Fast Fashion e Direitos Humanos: A Ética Jurídica no Descarte de Roupas e a Sustentabilidade Social:** Debate envolvendo a análise das leis e regulamentações que tratam dos impactos ambientais e sociais da moda aprofundando a discussão sobre os direitos dos trabalhadores na indústria têxtil, como as condições de trabalho em países de baixa renda e os direitos dos consumidores em relação a produtos sustentáveis
- Outros temas que o(s) professor(es) das disciplinas presenciais que o aluno está cursando possam indicar e que tenham relação com o tema Direito e Sustentabilidade: Desafios Jurídicos para um Futuro Sustentável.**

Turma(s): 3º e 4º Semestres

T2 | Tema: A Responsabilidade Jurídica nos Contratos Sustentáveis: Desafios na Integração da Sustentabilidade nos Contratos e Obrigações Cíveis

Disciplinas do semestre que contribuem para o PI:

- **Direito Civil: Teoria Geral dos Contratos e dos Contratos em Espécie**
- **Direito Civil: Teoria Geral das Obrigações**
- **Organização dos Poderes**

Time de professores:

Profa Dra Ana Carla Vastag Ribeiro de Oliveira

Prof.Ms. Geancarlos de Lacerda Prata

Profa. Msa. Beatriz Salles

Profa Msa. Silvia Amorim Pereira Barretto

Profa Esp. Grace Kelly Freitas Mendonça

Os alunos poderão explorar os desafios jurídicos que surgem ao integrar a sustentabilidade nas normas contratuais e nas obrigações cíveis, tendo em vista a crescente necessidade de práticas empresariais e pessoais responsáveis do ponto de vista ambiental e social. A Teoria Geral dos Contratos poderá abordar no contexto de como as partes podem estruturar seus acordos para incluir cláusulas que promovam a preservação ambiental, a responsabilidade social e o uso responsável de recursos naturais. A Teoria Geral das Obrigações poderá ser utilizada para discutir a natureza das obrigações resultantes de contratos sustentáveis, especialmente em relação à responsabilidade por danos ambientais ou sociais que possam surgir do descumprimento dessas obrigações. Além disso, os alunos poderão explorar a Organização dos poderes, analisando o papel do Estado na regulação e fiscalização dessas práticas e o papel do Poder Judiciário na resolução de litígios envolvendo descumprimento de contratos que envolvem questões ambientais e sociais, buscando um equilíbrio entre os interesses das partes contratantes e os objetivos de sustentabilidade. O desafio central será entender como o ordenamento jurídico pode integrar e reforçar a sustentabilidade como um elemento essencial nas relações contratuais e na constituição das obrigações cíveis.

Tópicos de Discussão Propostos:

- Cláusulas Contratuais Sustentáveis:** Debate sobre a inclusão de cláusulas específicas que obrigam as partes a adotar práticas sustentáveis, considerando os desafios na fiscalização e na execução dessas obrigações.
- A Responsabilidade Civil no Descumprimento de Obrigações Ambientais:** Análise das implicações jurídicas quando uma parte descumpra as obrigações ambientais de um contrato, incluindo os aspectos de responsabilidade civil e os limites da reparação dos danos ambientais.
- Contratos Empresariais e Sustentabilidade:** Discussão sobre como os contratos empresariais podem ser estruturados para promover a sustentabilidade em todas as etapas da cadeia produtiva, incluindo fornecedores e subcontratados.
- A Regulação do Estado nos Contratos Sustentáveis:** Reflexão sobre o papel do Estado na criação de regulamentações que incentivem ou exijam a inclusão de práticas sustentáveis nos contratos cíveis, e como as políticas públicas podem ser aplicadas para garantir o cumprimento.
- O Papel do Poder Judiciário na Solução de Conflitos e Proteção dos Direitos Ambientais.** Análise do papel do Judiciário na resolução de litígios envolvendo contratos sustentáveis, com foco na proteção do meio ambiente e na aplicação das obrigações previstas nos acordos.
- A Responsabilidade Jurídica na Regulação do Lixo da Moda e Seus Impactos Ambientais:** Este tópico propõe uma reflexão sobre a responsabilidade jurídica relacionada ao fenômeno do Fast Fashion, ou seja, o desperdício de roupas e o impacto ambiental causado pelo descarte em massa de produtos têxteis.
- Outros temas que o(s) professor(es) das disciplinas presenciais que o aluno está cursando possam indicar e que tenham relação com o tema Direito e Sustentabilidade: Desafios Jurídicos para um Futuro Sustentável.**

Turma(s) 5º e 6º Semestres

T3 | Tema: Responsabilidade Jurídica Empresarial e Penal na Sustentabilidade: Desafios no Setor Corporativo e o Impacto Ambiental das Empresas

Disciplinas do semestre que contribuem para o PI:

- **Direito Empresarial, Direito Societário, Falência e Recuperação Judicial**
- **Teoria do Delito**
- **Teoria da Pena**

Time de professores:

Profa Dra Ana Carla Vastag Ribeiro de Oliveira

Prof Ms. Murilo Naves do Amaral

Profa Msa. Lilian Barçalobre Manuel

Os alunos abordarão os desafios jurídicos relacionados à sustentabilidade no contexto empresarial, considerando o papel do Direito Empresarial, Direito Societário, Falência e Recuperação Judicial, além da aplicação da Teoria do Delito e Teoria da Pena para responsabilizar empresas que causam danos ambientais. O foco estará em como o sistema jurídico pode integrar as obrigações empresariais com as necessidades ambientais, visando uma abordagem mais sustentável e responsável das corporações.

Tópicos de Discussão Propostos:

- A Responsabilidade das Empresas no Cumprimento das Normas Ambientais:** Discussão sobre como o Direito Empresarial pode ser estruturado para garantir que as empresas adotem práticas sustentáveis, abordando a implementação de cláusulas de responsabilidade ambiental em contratos empresariais e a governança corporativa.
- Direito Societário e Sustentabilidade:** Reflexão sobre o papel das estruturas societárias na incorporação de práticas ambientais, propondo que as empresas incorporem a sustentabilidade como um pilar de suas operações, impactando suas decisões financeiras e de gestão.
- O Impacto da Sustentabilidade nas Empresas em Crise:** Análise de como os desafios ambientais podem influenciar processos de falência e recuperação judicial, considerando as responsabilidades que as empresas têm em relação ao cumprimento de normas ambientais, mesmo em momentos de dificuldades financeiras.
- A Criminalização das Práticas Ambientais Irresponsáveis no Contexto Empresarial:** Estudo sobre as infrações penais que podem ser atribuídas a empresas e seus gestores que negligenciam suas responsabilidades ambientais, como o descarte inadequado de resíduos ou a poluição.
- Aplicação de Sanções para Empresas que Causam Danos Ambientais:** Reflexão sobre as sanções penais que podem ser aplicadas a empresas e seus responsáveis por práticas que prejudicam o meio ambiente, como a poluição ou a violação de normas ambientais, discutindo as consequências penais e a reparação de danos.
- Responsabilidade Penal de Empresas na Moda:** Reflexão sobre as possíveis sanções penais e medidas corretivas para empresas que prejudicam o meio ambiente, através de práticas irresponsáveis relacionadas ao Fast Fashion, abordando a Teoria da Pena e como o sistema jurídico pode aplicar penas para garantir a reparação ambiental e a prevenção de danos futuros.
- Outros temas que o(s) professor(es) das disciplinas presenciais que o aluno está cursando possam indicar e que tenham relação com o tema Direito e Sustentabilidade: Desafios Jurídicos para um Futuro Sustentável.**

Turma(s) 7º e 8º Semestres

T4 | Tema: Sustentabilidade no Direito Processual Civil e Administração Pública: Desafios Jurídicos na Proteção Ambiental e no Acesso à Justiça

Disciplinas do semestre que contribuem para o PI:

- **Direito Processual Civil – Fase Postulatória e Instrutória**
- **Direito Processual Civil – Meios de Defesa, Fase Decisória e Recursos**
- **Relações Jurídicas no âmbito da Administração Pública**

Time de professores:

Profa. Dra Ana Carla Vastag Ribeiro de Oliveira

Prof.Ms. Geancarlos de Lacerda Prata

Profa. Msa. Beatriz Salles

Profa. Msa. Silvia Amorim Pereira Barretto

Os alunos destes semestres abordarão os desafios jurídicos e processuais relacionados à sustentabilidade, considerando o papel do **Direito Processual Civil** nas fases postulatória, instrutória e decisória, e sua interação com o direito administrativo público. O foco será discutir como o processo judicial pode ser utilizado para garantir a proteção do meio ambiente e os direitos relacionados à sustentabilidade, analisando os meios de defesa e recursos disponíveis para as partes envolvidas em disputas ambientais. O **Direito Administrativo** pode ser utilizado para garantir a implementação de políticas públicas sustentáveis, com foco no papel da **Administração Pública** na regulação, fiscalização e promoção da sustentabilidade ambiental. A análise se concentra nas obrigações do Estado em proteger o meio ambiente, incluindo a atuação dos órgãos públicos em situações de risco ambiental e a criação de normativas para promover práticas sustentáveis.

Tópicos de Discussão Propostos:

- A Proteção Ambiental no Início do Processo Judicial:** Discussão sobre como os processos judiciais relacionados à sustentabilidade podem ser iniciados, com foco na fase postulatória, abordando a importância da petição inicial na construção de um argumento sólido para a proteção ambiental e o papel da fase instrutória na coleta de provas e documentos que comprovem os impactos ambientais causados por ações de indivíduos ou empresas.
- Estratégias de Defesa em Ações Ambientais:** Análise dos meios de defesa utilizados por réus em ações ambientais, considerando como as partes podem argumentar para evitar responsabilidades ou atenuar suas obrigações no âmbito das disputas sobre sustentabilidade, e como o juiz, na fase decisória, deve equilibrar os interesses envolvidos, garantindo uma decisão que promova a preservação ambiental.
- O Papel do Estado na Regulação e Fiscalização Ambiental:** Reflexão sobre as relações jurídicas no âmbito da Administração Pública, com foco na atuação do Estado na regulação e fiscalização das práticas sustentáveis, discutindo como a administração pública pode ser envolvida em processos que busquem a reparação de danos ambientais e como ela deve garantir a implementação de políticas públicas sustentáveis.
- A Efetividade das Ações Judiciais para um Futuro Sustentável:** Análise dos desafios no acesso à justiça em casos ambientais, considerando as dificuldades enfrentadas pela sociedade civil para obter reparação por danos ambientais e o papel do sistema processual em garantir que as ações relacionadas à sustentabilidade sejam efetivas, rápidas e acessíveis.
- O Papel da Administração Pública na Implementação de Políticas Ambientais Sustentáveis:** Discussão sobre as funções da Administração Pública na formulação e execução de políticas públicas voltadas para a preservação ambiental, considerando as competências dos órgãos públicos na promoção de iniciativas sustentáveis e a forma como essas políticas devem ser regulamentadas por normas jurídicas.
- Responsabilidade Administrativa por Danos Ambientais: O Papel do Estado na Reparação de Danos ao Meio Ambiente:** Estudo sobre a responsabilidade da Administração Pública na reparação de danos ambientais causados por ações negligentes de entes públicos ou privados, analisando a aplicação de sanções administrativas e outras medidas para garantir a reparação e prevenção de danos ao meio ambiente.
- Outros temas que o(s) professor(es) das disciplinas presenciais que o aluno está cursando possam indicar e que tenham relação com o tema Direito e Sustentabilidade: Desafios Jurídicos para um Futuro Sustentável.**

Turma(s)9º Semestre

T5 | Tema: Direito do Consumidor, Processo Penal e Sustentabilidade: Proteção Jurídica contra Práticas Empresariais e Crimes Ambientais

Disciplinas do semestre que contribuem para o PI:

- **Direito do Consumidor**
- **Direito Processual Penal – Fundamentos e Procedimentos**
- **Direito Processual Penal – Recursos em Espécie e Ações Autônomas de Impugnação**

Time de professores:

Profa Dra Ana Carla Vastag Ribeiro de Oliveira

Prof Ms. Murilo Naves do Amaral

Profa Msa. Lilian Barçalobre Manuel

Profa Msa. Silvia Amorim Pereira Barretto

Os alunos trabalharão sobre o papel do **Direito do Consumidor** na promoção de um consumo sustentável e na responsabilização de empresas por práticas abusivas e enganosas relacionadas à sustentabilidade. Além disso, abordarão como o **Direito Processual Penal**, por meio de seus **fundamentos, procedimentos e recursos**, pode ser utilizado na responsabilização criminal por danos ambientais e fraudes sustentáveis.

Tópicos de Discussão Propostos:

- O Combate ao Greenwashing e a Proteção do Consumidor Verde:** Estudo sobre o greenwashing (práticas enganosas de marketing ambiental) e a necessidade de proteção do consumidor contra informações fraudulentas sobre sustentabilidade. Análise de como o Código de Defesa do Consumidor pode ser aplicado para coibir abusos de empresas que se promovem como sustentáveis sem realmente adotar práticas ambientais responsáveis.
- Crimes Ambientais e a Atuação do Processo Penal: Fundamentos e Procedimentos na Responsabilização Penal de Empresas:** Discussão sobre a aplicação do Direito Processual Penal na punição de crimes ambientais cometidos por empresas e indivíduos, abordando os principais procedimentos para investigação, denúncia e julgamento desses delitos.
- Crimes contra a Sustentabilidade: Implicações na Efetividade da Justiça Ambiental:** Reflexão sobre como os recursos processuais e ações autônomas de impugnação podem influenciar a responsabilização penal por crimes ambientais, analisando se o excesso de recursos pode dificultar a aplicação de sanções eficazes contra práticas nocivas ao meio ambiente.
- Fast Fashion e Sustentabilidade: Desafios Jurídicos para a Responsabilização Socioambiental da Indústria Têxtil:** Esse tema propõe uma análise sobre como o Direito do Consumidor, o Direito do Trabalho e o Direito Ambiental podem ser utilizados para regular a indústria do Fast Fashion, considerando suas implicações ambientais e sociais. A discussão abrange desde condições de trabalho análogas à escravidão até o impacto da produção em larga escala e descarte inadequado de resíduos têxteis.
- Responsabilidade Civil e Penal das Indústrias de Fast Fashion por Danos Ambientais e Sociais**
- Esse tema investiga como a responsabilidade civil e penal pode ser aplicada a grandes marcas de Fast Fashion que violam normas ambientais e trabalhistas, explorando casos de contaminação de água, exploração de mão de obra e descarte irregular de produtos. Também discute as sanções jurídicas e a necessidade de mecanismos eficazes de reparação de danos.
- Acordos Internacionais sobre o Clima e sua Efetividade na Implementação de Políticas Sustentáveis:** Esse tema aborda os principais acordos internacionais sobre mudanças climáticas, como o Acordo de Paris e o Protocolo de Kyoto, e discute seus impactos na legislação ambiental interna dos países. A proposta é avaliar os desafios jurídicos na implementação dessas diretrizes, considerando o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental.
- Outros temas que o(s) professor(es) das disciplinas presenciais que o aluno está cursando possam indicar e que tenham relação com o tema Direito e Sustentabilidade: Desafios Jurídicos para um Futuro Sustentável.**

Anexo III



TÍTULO DO TRABALHO

Nome completo do autor¹;
Nome completo do autor¹; Nome professor orientador²

¹ Discentes do Curso xxxx do Centro Universitário das Americas, ² Docente do Curso xxxx do Centro Universitário das Americas

INTRODUÇÃO

A introdução deve ser concisa, apresentando o contexto do trabalho, as motivações e a sua importância para a sociedade, para a área de estudo ou para o público-alvo.

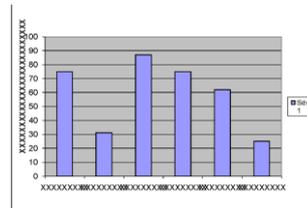
RESULTADOS

Os resultados obtidos devem ser apresentados de forma sucinta. Tabelas e gráficos devem seguir os mesmos critérios das figuras, centralizados na página com legendas seguindo a numeração em ordem crescente.

OBJETIVOS

Listar de maneira sucinta os objetivos gerais e específicos do trabalho

Figura 1: Gráfico



As figuras devem ser numeradas e com legendas explicativas

MÉTODOS

Descrição dos métodos do trabalho, as etapas de execução, a organização da equipe, os materiais utilizados, etc.

CONCLUSÃO

A conclusão deve conter uma breve análise dos resultados obtidos. Comentar também as perspectivas futuras do trabalho

REFERÊNCIAS

Cite 5 principais - Somente as que aparecerem no texto do poster.

SEGUIR AS NORMAS DA ABNT

▪Exemplo: SOBRENOME, A. et al. Nome revista. Ano de publicação

▪Tamanho da letra mínimo de 44 –

Anexo IV

(Ficha Avaliativa)

I. IDENTIFICAÇÃO

PROFESSORES AVALIADORES: _____
NOME DOS AUTORES ALUNO(A): RA: SEMESTRE: _____ ALUNO(A): RA: SEMESTRE: _____ ALUNO(A): RA: SEMESTRE: _____ ALUNO(A): RA: SEMESTRE: _____
TÍTULO DO TRABALHO: _____

II. REALIZAÇÃO DO TRABALHO ESCRITO

ASPECTOS FORMAIS DO TRABALHO ESCRITO: Todos os elementos formais estão presentes (título, Introdução, desenvolvimento, conclusão e referências), e há articulação e coerência teórico-metodológica? – até 0,25 PONTO		
<input type="checkbox"/> 0,00	<input type="checkbox"/> 0,25	
ASPECTOS FORMAIS e de CONTEÚDO: As referências estão presentes como determina o edital e são atuais e abarcam a literatura relevante sobre o tema? A pesquisa realizada possui complexidade e profundidade compatível com o caráter científico? – até 0,50 PONTO		
<input type="checkbox"/> 0,00	<input type="checkbox"/> 0,25	<input type="checkbox"/> 0,50
ASPECTOS FORMAIS e de CONTEÚDO: A conclusão apresenta resposta ao problema da pesquisa? A conclusão é adequada aos objetivos indicados na introdução? – até 0,50 PONTO		
<input type="checkbox"/> 0,00	<input type="checkbox"/> 0,25	<input type="checkbox"/> 0,50

III. APRESENTAÇÃO DO TRABALHO ORAL E BANNER

ASPECTOS FORMAIS e de CONTEÚDO: Uso de linguagem adequada e apresentação dentro do tempo estipulado. Domínio do conteúdo e clareza dos alunos durante a apresentação – até 0,75 PONTO			
<input type="checkbox"/> 0,0	<input type="checkbox"/> 0,25	<input type="checkbox"/> 0,5	<input type="checkbox"/> 0,75

IV. NOTA TOTAL (de 0,00 a 2,00): _____

V. OBSERVAÇÕES

São Paulo, ____ de _____ de 20 ____.